

BOLETIM 152

Brasília, 28 de junho de 2016

FETICEMA concluiu processo eleitoral e se fortalece para representar a categoria

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Maranhão (FETICEMA), presidida pelo companheiro Francisco das Chagas Viana, que também 2º vice-presidente da CONTRICOM, concluiu a segunda fase das eleições para a escolha da nova diretoria da entidade.

Por ampla maioria e com a participação dos delegados de base, representantes dos sindicatos filiados, nessa segunda chamada houve quórum para deliberar e escolher a diretoria da FETICEMA.

O presidente Francisco das Chagas Viana, reconduzido ao cargo, agradeceu a presença de todos os companheiros e parabenizou os eleitos para o mandato que se estenderá até 2020. Segundo o dirigente sindical, “o resultado eleitoral demonstrou que somos uma única família e que a federação é a segunda casa de todos os sindicatos filiados da construção civil, da construção pesada e do mobiliário, enfim, de todos os trabalhadores de nossa categoria do Estado do Maranhão”.

Francisco acrescentou que “agora, começaremos um novo projeto, um novo trabalho na defesa do emprego e dos demais interesses de



Francisco das Chagas Viana (na foto, em pé) durante o processo eleitoral da FETICEMA

nossos trabalhadores e, para isso, conto com a participação e a contribuição da nova direção e de todos os companheiros”.

CONTRICOM – O presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho, que compareceu a São Luis do Maranhão para acompanhar a primeira fase das eleições, na qual não houve quórum, cumprimentou a diretoria eleita e disse que “todo o esforço de conciliação e unidade foi feito, por isso, o resultado reforça a entidade e credencia a nova direção a desempenhar plenamente seu mandato”.

Mazinho ressaltou ainda “a experiência da direção da FETICEMA, a começar pelo presidente Francisco das Chagas Viana, que é nosso 2º vice-presidente na CONTRICOM. Estou certo de que a diretoria eleita representará à altura nossa

categoria em todo estado do Maranhão”, sentenciou Mazinho.

DIRETORIA - A nova composição da diretoria da FETICEMA é a seguinte: Francisco das Chagas Viana, vice presidente: Jorge Luís França Mendes, primeiro secretário: Irineu da Silva Mendes, segundo secretário: Raimundo Henrique da Silva, primeiro tesoureiro: Luís Egídio da Silva, segundo tesoureiro: Francisco Silva Costa Amorim, Diretor Social: Wanderson Moreira da Silva, Sec. para Ass. De Trabalho e Prev. Social: Reginaldo da Rocha, Sec. Para Ass. De Políticas Sindicais: Francisco Emílio Matos: suplentes da Diretoria: Luís Alberto da Silva, Benedito Renato Gomes, Wildirley de Castro Silva, Manoel de Assunção, Domingos dos Santos da Silva, José Oliveira. Concelho fiscal efetivo: Antônio Alves de Araújo, Silmar Rodrigues dos Santos, José Ribamar Sousa Silva: suplentes do concelho fiscal: Antônio Silva, Moses Silva Lopes, José do Egito das Neves: Delegado Representante junto a CONTRICOM; Francisco das chagas Viana e Francisco Emílio Matos.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Novo relatório estende imposto sindical para servidor estadual e municipal

O deputado Beбето (PSB-BA) *(foto)* apresentou, uma nova versão do relatório lido em 15 de junho na Comissão Especial sobre Financiamento da Atividade Sindical, que propõe



nova contribuição a ser paga pelo trabalhador (sindicalizado ou não): a contribuição negocial.

Entre as modificações está estender a servidores estaduais e municipais a obrigação de pagar um dia de trabalho como imposto sindical. O texto inicial previa o tributo apenas para servidores públicos federais.

Como houve pedido de vista coletivo, é contado o prazo de duas sessões para colocar o texto em votação. Como não haverá votações em Plenário na próxima semana, o prazo só começará a contar em julho e o texto pode ser votado na segunda semana do mês.

Contribuição negocial - A contribuição negocial, prevista no relatório de Beбето, será cobrada mensalmente tanto de empregados quanto de empregadores, com exceção do mês de cobrança da contribuição sindical. O valor a ser arrecadado será fixado em assembleia de negociação salarial ou convenção coletiva e não poderá ultrapassar 1% da remuneração bruta anual do trabalhador.

Essa contribuição, destinada ao pagamento das despesas jurídicas, técnicas e administrativas das negociações coletivas, é cobrada atualmente por alguns sindicatos, mas há questionamentos na Justiça sobre sua validade e extensão.

Para Beбето, o projeto apenas regulamenta a situação: “Aqui nós estamos



apenas, com esta medida, regulamentando uma contribuição negocial para evitar que a discricionariedade continue a existir e taxas que não são razoáveis a serem praticadas.”

O deputado Leonardo Monteiro (PT-MG) elogiou o texto e disse que Bebeto conseguiu ouvir vários setores do movimento sindical. O deputado Zé Silva (SD-MG) afirmou que a proposta traz alterações profundas e fundamentais para o fortalecimento do sindicalismo. “Importante para o setor econômico, mas principalmente para os trabalhadores brasileiros.”

Já o deputado Max Filho (PSDB-ES) criticou a criação do novo tributo. “Sei que há um desejo de fazer uma transição, pelo que eu percebo no texto. Mas, se nós deixarmos as duas contribuições, o trabalhador vai deixar de dar um dia e vai passar a dar uma semana”, afirmou.

O texto dispensa todos os sindicatos de promover a distribuição dos valores arrecadados com a contribuição negocial. O parecer de Bebeto também dispensa os sindicatos rurais de emitir guias do novo tributo.

Atividade antissindical - O novo relatório incluiu penalidade para o empregador que intervier na autonomia das assembleias ou agir para inibir a participação de trabalhador no sindicato. Para cada trabalhador prejudicado, o empresário terá de pagar R\$ 1 mil.

O relatório entregue nesta terça-feira (21) prevê também que as contribuições sindical e negocial devam ser aplicadas para custear a atividade sindical, seja da categoria econômica – empregados de um mesmo área, seja da profissional – empregados da mesma profissão. O texto inicial previa que os recursos fossem usados

somente para bancar os sindicatos por categoria econômica.

Pelo novo texto de Bebeto, o prazo de sete dias para convocar assembleia de discussão da contribuição negocial poderá ser reduzido em casos de paralisação ou greve. “Esse é um acréscimo prudente que visa promover um zelo às ações dos trabalhadores”, disse.

Conselho Sindical - Bebeto retirou a previsão de apenas uma recondução para os membros do Conselho Nacional de Autorregulação Sindical. Com isso, os dirigentes do órgão, formado por empregados e empregadores de forma paritária - com nove membros cada e mandato de até dois anos - poderão ser reeleitos mais de uma vez.

“Quem vai regulamentar será o próprio conselho. O que queremos fortalecer é a institucionalidade. A manutenção ou recondução é responsabilidade das instituições”, disse o deputado. Segundo ele, a regra é a mesma dos sindicatos, em que é permitida a reeleição dos dirigentes.

Fonte: Agência Câmara

Centrais e governo debatem Previdência

Força Sindical, UGT, Nova Central e CSB voltam a se reunir nesta terça (28), às 15 horas, com o ministro-chefe da Casa Civil Eliseu Padilha. O encontro, no Palácio do Planalto, retoma as negociações sobre a reforma da Previdência Social. O debate ocorrerá em torno das propostas do movimento sindical para recuperar a saúde financeira da previdência pública.



Os sindicalistas devem cobrar do governo uma posição clara quanto à participação do agronegócio no financiamento da Previdência. Na semana passada, informações conflitantes lançaram dúvidas sobre o tema: nota publicada no jornal O Estado de S. Paulo, revelando a intenção do governo de cobrar INSS de empresas exportadoras do agronegócio, foi saudada por sindicalistas; em seguida, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, rejeitou a proposta.

A taxação do agronegócio faz parte das medidas defendidas pelas Centrais, visando promover o equilíbrio do caixa da Previdência, ao lado da regulamentação dos bingos.

Propostas - As Centrais também defendem o fim das desonerações da folha de pagamento; revisão de isenções às entidades filantrópicas; melhoria da fiscalização da Previdência Social, por meio do aumento e maior eficiência da fiscalização; e criação de Refis para a cobrança dos R\$ 236 bilhões de dívidas com a Previdência.

Fonte: Agência Sindical

Em debate na CDH, sindicalistas criticam ajuste fiscal e pedem eleições

A saída para a crise econômica começa pela política, com a realização de novas eleições e a aprovação de uma ampla reforma política. Além disso, devem ser barradas propostas que precarizem direitos dos trabalhadores, como a ampliação da terceirização e as mudanças na aposentadoria. Estas foram algumas das sugestões

dos sindicalistas que participaram do Ciclo de Debates sobre Democracia e Direitos Humanos, com foco no desemprego no Brasil, promovido na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) nesta segunda-feira (27).

Os debatedores afirmaram que o governo interino de Michel Temer, em nome de um ajuste fiscal, avança sobre direitos dos trabalhadores, já fragilizados. Eles pediram a rejeição, especialmente, do projeto que amplia a terceirização (PLC 30/2015).

Segundo os sindicalistas, a proposta abre margem para o empresariado demitir empregados qualificados e contratar outros com salários mais baixos, entre outras manobras em busca de lucro apontadas. Houve ainda críticas a projetos com objetivo de passar aos sindicatos e associações a iniciativa de negociar pontos hoje protegidos por lei, como o horário de almoço.

— É preciso barrar qualquer tipo de projeto que tenha prevalência do negociado sobre o legislado — disse Avanilson Araujo, da Central Sindical e Popular.

Direitos previdenciários - Esse quadro se soma à diminuição de direitos previdenciários, como as praticadas ainda no governo Dilma Rousseff, que reduziram a abrangência do seguro-desemprego, da pensão por morte e do seguro-desemprego, afirmou Flauzino Antunes, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). O temor agora é com a imposição de idade mínima para requerer a aposentadoria, impedindo que os contribuintes que entraram cedo no mercado de trabalho se aposentem antes dos 60 anos.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH, foi o proponente da audiência e também dirigiu os trabalhos. Ele ressaltou que as críticas e



demandas dos sindicalistas contam com seu apoio integral. Na sua avaliação, a saída para crise atual depende de “solução política”, com alternativas que não signifiquem, como afirmou, jogar os custos do ajuste econômico sobre “as costas dos trabalhadores e servidores”.

Benesses - Itamar Revoredo, da Central dos Sindicatos Brasileiros, também defendeu o auxílio do Estado no socorro à economia, mas com exigência de contrapartidas para os setores beneficiados. Ele criticou as “benesses” concedidas à indústria automobilística nos últimos anos, que não resultaram em reinvestimento do dinheiro no país, mas sim em aumento da remessa de lucros para suas sedes no exterior.

Ruth Monteiro, da Força Sindical, também defendeu que o governo adote medidas proativas para estimular a retomada do crescimento da economia, com incentivo a setores específicos. Criticou também a manutenção da longa jornada de trabalho dos brasileiros e sugeriu que ela seja reduzida pelo menos para 40 horas semanais. Segundo ela, em vários países a jornada já foi fixada em 35 horas semanais, baseada em estudos comprovando quem devido aos avanços tecnológicos, hoje é necessário menos tempo para produzir mais e melhor.

Seguro-desemprego - Houve ainda alertas de que a situação social ficará ainda pior em outubro e novembro, pois esse será o período em que a maioria dos trabalhadores deixará de receber o seguro-desemprego. Os dados apresentados pelo representante do Ministério do Trabalho, Mário Magalhães, mostram que já houve um recuo na taxa de cobertura do seguro-desemprego, de 72,5% dos demitidos sem justa causa em 2013 para 62,6% agora em 2016.

A redução reflete os efeitos da lei editada no passado, em decorrência da aprovação de medida provisória (MP 664) que fez parte do pacote de ajuste fiscal do segundo mandato do governo Dilma. Quanto ao grau de ocupação da mão de obra, os dados mostraram evolução negativa nas diferentes categorias de trabalhadores, com quase 1,5 milhão a mais de pessoas desocupadas no primeiro trimestre de 2016 na comparação com igual período de 2013. A ocupação só cresceu no emprego doméstico e no trabalho por conta própria.

Clóvis Scherer, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese), também confirmou que o emprego formal caiu abruptamente nos últimos dois anos, inclusive na indústria de transformação e na construção civil, setor que puxou o emprego nos anos anteriores. Ele fez, inclusive, uma associação entre a Operação Lava Jato e a paralisação do setor em 2015.

Outro ponto mencionado por Scherer é que vem aumentando a demissão de trabalhadores com nível superior, com mais qualificação e há mais tempo ocupando os postos de trabalho.

Wadilson Maia Arranha, da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil da CUT (Fentac/CUT) condenou as estratégias que os empregadores do setor estão usando para rebaixar os salários da categoria, inclusive mudando a nomenclatura de funções para camuflar atividades fins, como se fossem atividades de apoio e assim poder terceirizar os serviços.

Fonte: Agência Senado



Ipea diz que crise econômica começa a perder fôlego

Levantamento divulgado nesta segunda-feira (27) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) diz que a crise econômica que atinge o país começa a perder fôlego. Apesar disso, ainda há um longo caminho para a recuperação do país, de acordo com o coordenador do Grupo de Conjuntura do Ipea, José Ronaldo Souza Júnior. Os dados constam na Carta de Conjuntura, que avalia dados econômicos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o Ipea, os sinais de que a crise está perdendo fôlego podem ser percebidos principalmente na indústria nacional. Além disso, a desvalorização do real ante o dólar, de acordo com o Ipea, beneficia o setor exportador brasileiro, principalmente nos segmentos têxtil, madeireiro e de calçados.

Além de aumentar a competitividade brasileira no setor externo, a desvalorização do real também está estimulando a substituição de importação na produção de alguns bens intermediários, ou seja, nos insumos usados pelo setor produtivo.

Por outro lado, no entanto, a moeda nacional desvalorizada torna a importação de máquinas e equipamentos mais cara, prejudicando investimentos no setor produtivo.

Diferentemente da indústria, os setores de serviços e comércio ainda estão em retração. “Os serviços tendem a levar um tempo maior para se recuperar porque depende muito da renda dos

consumidores e essa renda vai demorar a se recuperar por conta da questão do emprego”, disse Souza Júnior.

A renda e o aumento de desemprego têm prejudicado a recuperação da demanda doméstica por bens e serviços. “A gente vê um longo caminho [para a recuperação da economia], porque a gente olha para os indicadores de confiança, principalmente dos consumidores, e vê que eles ainda estão muito pessimistas”, afirmou o pesquisador.

Fonte: Agência Brasil

Ministério espera melhora do emprego no 2º semestre

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, afirmou que o mercado começa a reverter a tendência de perda de postos de emprego. Apesar disso, ainda não voltou ao nível ideal. Em maio, houve retração de 0,18%, na comparação com abril, com saldo negativo de 72.615 vagas.

Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados na sexta-feira (24), e mostram que esse ritmo de declínio está perdendo força. Em maio do ano passado, essas perdas haviam sido maiores, de 115.559 vagas.

“Acredito estarmos iniciando um processo de recuperação gradativa. Começamos a reverter essa curva e, podemos, no segundo semestre, ter resultados bem melhores”, avaliou. Entre os setores listados no cadastro, agropecuária e administração pública apresentaram resultados positivos.



Comércio, indústria, serviços, em contraponto, ficaram no negativo. Nos que ficaram no azul, agricultura gerou 43.117 postos de trabalho em maio – número mais de quatro vezes superior ao registrado em abril, quando foram abertas 8.051 vagas.

O Caged mostra ainda que o emprego ficou no positivo em Minas Gerais (9.304), Espírito Santo (1.226), Mato Grosso do Sul (562), Goiás (153) e Acre (147). Nos demais estados houve perda de postos de trabalho.

Medidas no Congresso - Os números desse cadastro reforçam ainda a necessidade das medidas que têm sido propostas pelo governo em exercício, que assumiu a presidência em meados de maio.

Parte desses projetos ainda precisa de aprovação do Congresso Nacional para começar a valer, como o que cria um teto para o crescimento dos gastos públicos.

Outras, ainda estão em fase de desenho e devem ser apresentadas em breve, como as propostas de modernização das leis trabalhistas e da previdência.

Integrantes da equipe econômica têm defendido que essas propostas são necessárias para reorganizar a economia, diminuir a inflação e gerar emprego e renda.

Parte da crise que o País vive foi causada pelos desequilíbrios financeiros ocorridos antes da chegada do governo em exercício.

Fonte: MT



1,5 mil juízes assinam manifesto contra possível reforma trabalhista de Temer

Mais de 1,5 mil juízes do Trabalho associados à Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) aderiram ao manifesto dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho no qual criticam uma possível desconstrução do Direito do Trabalho no Brasil.

O documento inicial foi criado e assinado por 20 ministros do TST. Ele é apontado como uma resposta às propostas que estão sendo discutidas no governo do presidente interino Michel Temer, que planeja uma reforma previdenciária seguida de uma reforma trabalhista.

No documento intitulado Documento em defesa do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho no Brasil, os ministros afirmam que é preciso esclarecer a sociedade que a desconstrução do Direito do Trabalho será nefasta sob qualquer aspecto: econômico, social, previdenciário, segurança, político, saúde pública, entre outros tantos aspectos. Conforme os ministros, neste momento de grave crise política, ética e econômica, torna-se essencial uma



reflexão sobre a importância dos direitos, em particular os sociais trabalhistas.

Na avaliação do presidente da Anamatra, Germano Siqueira, a adesão ao documento é simbólica e marca a posição majoritária da magistratura do Trabalho em defesa dos direitos sociais. “Qualquer outro discurso contrário a isso é inoportuno e representa grave ameaça aos alicerces e a um mercado civilizado e justo para todos. Toda e qualquer proposta de reforma deve observar a Constituição Federal, que prevê a construção progressiva de novos direitos no intuito de melhorar a condição social do trabalhador e não de reduzir as suas conquistas históricas e fundamentais”, explica.

As 1,5 mil assinaturas foram colhidas pela Anamatra em uma semana. Contudo, o documento continua aberto para novas adesões de juízes de todos os ramos do Poder Judiciário, membros de outras carreiras, instituições, acadêmicos, entidades da sociedade civil e outros interessados. Para manifestar o apoio basta encaminhar e-mail para presidencia@anamatra.org.br, informando nome, cargo e instituição.

Fonte: Consultor Jurídico

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)